



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

14/02/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Veja quanto INSS paga a quem espera atrasados por até seis meses

O trabalhador que está na fila do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) tem direito de receber os atrasados no primeiro pagamento do benefício, que são os valores devidos desde o pedido da aposentadoria.

A fila de espera por benefícios do INSS acumulava 1,8 milhão de pedidos em novembro. O INSS não informou quantos brasileiros estão atualmente na fila à espera da aposentadoria e demais benefícios até a publicação desta reportagem.

Para uma espera de seis meses (contados desde agosto de 2021), os atrasados podem chegar a R\$ 40.148,94 no caso de um segurado que teve uma aposentadoria pelo teto do INSS válido em 2021, quando o benefício foi solicitado.

Um acordo fechado entre governo e MPF (Ministério Público Federal) e homologado pelo STF (Supremo Tribunal Federal), válido desde junho de 2021, estabeleceu que o INSS pode demorar 90 dias para analisar pedidos de aposentadorias. Há ainda mais dez dias para tramitação do pedido, totalizando cem dias. Após esse prazo, o INSS é obrigado a pagar os atrasados com juros, além da correção monetária.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 14 de fevereiro.

Cai número de novas ações trabalhistas; aviso prévio ainda é o assunto recordista

Segundo balanço estatístico do TST (Tribunal Superior do Trabalho), o pagamento do aviso prévio foi o motivo mais recorrente entre os processos iniciados em 2021 nas varas trabalhistas. No ano passado, 337,5 mil ações citavam o pagamento a que os trabalhadores têm direito na demissão.

As verbas rescisórias, no geral, seguem motivando a maioria das novas ações na Justiça do Trabalho. A segunda cobrança mais citada em processos nas varas trabalhistas é o pagamento da multa de 40% sobre o saldo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Em 2021, 284,2 mil ações citavam o direito. No pré-pandemia, foram 397,2 mil, e em 2020, 299,5 mil.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 14 de fevereiro.

Centrais discutem calendário que inclui Conclat, 1º de Maio e mobilização para eleições

As centrais sindicais podem fechar nesta semana uma agenda de prioridades para o semestre. Entre elas, uma "nova Conclat" em abril e outra edição do 1º de Maio unificado, como nos três anos anteriores. Além disso, vão elaborar uma "pauta da classe trabalhadora", a ser entregue aos candidatos à Presidência. Assim como em 2018, os sindicalistas destacarão os principais pontos que consideram necessários para a retomada do desenvolvimento, com distribuição de renda e redução da desigualdade.

Já naquele momento, as centrais defendiam a revogação da Lei 13.467, de 2017, sobre "reforma" trabalhista. Um tema que voltou ao debate recentemente, com a anunciada disposição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, até agora líder nas pesquisas, de rever a legislação.

No Brasil, por enquanto, as medidas do governo apontam para mais flexibilização. Na semana que passou, as centrais divulgaram nota contra a Medida Provisória (MP) 1.099, que criou o Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário e o Prêmio Portas Abertas. Para as entidades, a medida é mais um "golpe" contra os trabalhadores. "Não passa de nova manobra do governo Bolsonaro para retirar ainda mais direitos", afirmam.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 07 de fevereiro.

Especialistas defendem aperfeiçoamento de reforma trabalhista

Para o economista Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas, o país ainda não fez a reforma trabalhista que se espera, embora já tenha avançado em alguns quesitos.

"Aquele foi um grande passo, mas ainda não reduzimos a diferença de custos entre o trabalhador formal (com carteira de trabalho) e o informal. Enquanto houver essa diferença de custo, vamos continuar com o mercado dual de trabalho, que é uma característica brasileira há décadas. Acho que vamos precisar aprofundar alguns pontos da reforma, em coisas que não tivemos coragem de tocar ainda", disse ao Estadão.

Barbosa acrescentou que, se a legislação brasileira não for adaptada, o trabalhador ficará para trás.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 14 de fevereiro.

Selic a 12,25% tiraria de 4 milhões a capacidade para adquirir casa própria

A última alta da taxa básica de juros da economia, a Selic, ocorreu no dia 2, mas o mercado já prevê novos aumentos. O valor atual, de 10,75% ao ano, poderia chegar até maio a 12,25%, e o Itaú já cogita 12,50%.

Segundo cálculos do coordenador do curso de Desenvolvimento de Negócios Imobiliários da FGV (Fundação Getúlio Vargas), Alberto Ajzental, caso isso aconteça, cerca de 4 milhões de famílias não terão mais capacidade para adquirir um imóvel, na comparação com o início do ano passado, quando a taxa estava em 2% ao ano.

A taxa Selic tem influência direta sobre a taxa de financiamento imobiliário adotada pelos bancos. Como explica Ajzental, quando a primeira sobe ou desce, em até duas semanas costumam ser feitas alterações nos juros do financiamento dos imóveis.

"Não estou dizendo que a família que ganha R\$ 7.000 não vai mais comprar imóveis, mas ela não tem mais condição de comprar o de R\$ 250 mil", afirma o coordenador.

A situação só tende a se agravar com os novos aumentos previstos para a taxa básica de juros. A próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), que define as alterações na Selic, está prevista para os dias 15 e 16 de março.

Além dos juros do financiamento, o consumidor enfrenta a inflação em alta, o que deve resultar em aumento do valor dos imóveis e perda geral do poder de compra, outro empecilho para a aquisição da casa própria. O IPCA, índice oficial da inflação, foi de 10,38% no acumulado dos últimos 12 meses, maior valor para janeiro desde 2016.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 12 de fevereiro.

Consulta a dinheiro esquecido do Banco Central está no ar

A nova consulta ao Sistema de Valores a Receber do Banco Central já está no ar e os brasileiros podem saber se têm dinheiro esquecido em bancos ou não.

O Banco Central criou um calendário de liberação das transferências bancárias, que varia de acordo com o ano de nascimento do cidadão ou da criação da empresa. Apenas a partir da data definida será possível saber o valor exato que poderá ser resgatado. Para fazer a consulta, basta informar o CPF e a data de nascimento ou CNPJ e a data de abertura da empresa.

Para nascidos antes de 1968, as transferências poderão ser solicitadas entre os dias 7 e 11 de março. Entre 1968 e 1983 ocorrerá de 14 a 18 de março. Já para nascidos após 1983, a liberação ocorrerá entre 21 e 25 de março. Há ainda um período de repescagem para quem perder a data definida.

O início da consulta começou algumas horas antes do previsto. Às 22h45 deste domingo (13), já era possível saber se há dinheiro para receber ou não.

Para quem tiver dinheiro, o sistema informará uma data para retornar ao site, conhecer os valores disponíveis e solicitar sua transferência, a partir de 7 de março. O dinheiro deverá ser depositado via Pix, TED ou DOC em até 12 dias úteis.

Esta segunda consulta exigirá uma conta no portal gov.br com nível de segurança ouro ou prata, considerados mais seguros. Ou seja, quem descobriu que tem dinheiro para receber deve atualizar seu cadastro gov.br para poder consultar quanto receberá e pedir a transferência.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 13 de fevereiro.

Sindicato do Comércio da Baixada Santista aposta em crescimento e novos empregos em 2022

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista da Baixada Santista, Omar Abdul Assaf, acredita que o setor terá um crescimento superior a 5% neste ano na comparação com 2021 e está muito otimista em relação à criação de novos postos de trabalho. No mês passado, ele foi reconduzido por mais quatro anos ao comando da entidade, que completou 91 anos de existência no último dia 22 e possui 14 mil associados. Para Assaf, a pandemia de covid-19 deixou um legado importante para o setor, como a maior valorização dos trabalhadores e a unidade da classe. Confira a entrevista a seguir.

"Para 2022, projetamos um crescimento superior a 5% em relação ao ano passado, mas ainda não temos esse índice. A Baixada Santista possui algumas peculiaridades, devido ao cancelamento do Carnaval e da suspensão da temporada de cruzeiros. Esses dois fatores e as chuvas de janeiro impactaram negativamente, mas, provavelmente, a partir de março teremos a retomada com muito vigor."

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 13 de fevereiro.